


na Câmara Municipal de Cabo Frio. Aíto de 2008, responderam a chamadas representativas os seguintes vereadores: Carlos Lima de Aguiar, Alexandre Luis Sant'Anna, Alfredo Luis Nogueira Gonçalves, Rui Bachydo de Aguiar. Não havendo número representativo, o Senhor Presidente marcou para o dia 20 de maio de 2008, em nome de Deus, para comitar mandado que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação da Câmara, aprovada, ficou assinada para que produzisse seus efeitos legais.

 Rui S. Lima

Ata da Vigésima Quinta Sessão Plenária Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 20 (vinte) de maio de ano de 2008 (dois mil e oito).

✓

As seguintes peças do dia 20 (vinte) de maio do ano de 2008 (dois mil e oito) sob a presidência do Sr. Prefeito Municipal Sr. João de Deus de Jesus e com o auxilio do Sr. Vereador Sr. Luciano "ad hoc" pelo Vereador Sr. Carlos Lima de Aguiar, reuniram-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Aíto de 2008, responderam a chamadas representativas os seguintes vereadores: Carlos Lima de Aguiar, Alexandre Luis Sant'Anna, Alfredo Luis Nogueira Gonçalves, Rui Bachydo de Aguiar, Paulo Henrique Corrêa de Sant'Anna, Rui Siquelotto Soares e Volney Rodrigues da Silva. Não havendo número representativo, o Senhor Presidente marcou para o dia 20 de maio de 2008, em nome de Deus, para comitar mandado que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida e submetida à apreciação da Câmara, aprovada, ficou assinada para que produzisse seus efeitos legais.

Projeto de Resolução n.º 21/2008 - Prefeito Municipal, assunto: Encumbeira exemplares de leis, resultantes de pedidos aprovados no 2º Período Legislativo, regulamentados e promulgados no Livro do Arbas 48 da Câmara Municipal; Projeto n.º 1361/2008 - Vereador Rui Siquelotto Soares, assunto: Encumbeira cópia do Livro de Atas do 1º Período referente aos meses de maio e abril de 2008; Projeto de Resolução n.º 005/2008 - Vereador Carlos Lima de Aguiar, assunto: Solicitar a realização de estudos sobre a situação atual do Município de Cabo Frio; Projeto de Resolução n.º 039/2008 - Indicação, por meio de Vereador Rodolpho de Aguiar, assunto: Indicação ao Sr. Prefeito Municipal a realização com urbanização da

Grande Expo Almir do Bundo. Terminada a leitura do Expediente, o Sr. João  
 residente na cidade e impugna aos Oradores imputos. Ocupou a tribuna como pri-  
 meiro Orador imputo, o Virador João do Bundo, que iniciou dizendo  
 que naquela data foram distribuídas estas fazendas no Bairro Manoel Pereira e de  
 próprio testemunhar Veredades de moradores da referida comunidade que alega-  
 vam não haver um exatidão para a distribuição da mesma. Disse ainda, que  
 a esta fazenda era comprada no Bundo e não ficava cada uma, e que não com-  
 pondia a realidade, em decorrência de que os produtos constantes da mesma as-  
 tavam muito abaixo daquele preço e que estava superabundante. Disse ainda,  
 que segundo os moradores do Bairro Manoel Pereira, comprada com a esta ba-  
 nica vendida nos diversos mercados, a outra era melhor abastecida, o que era de  
 natureza e uso do dinheiro público para enganar a sociedade. Expôs que sem-  
 pre no período eleitoral o Governo primava na nome da comunidade, assim  
 sendo, o povo deveria pagar a esta fazenda que passavam fome, mas na hora  
 de votar deviam agir com consciência. Continuando, Viraltou que não que-  
 riam a justiça, mas sempre nos pontos de distribuição diminuindo o preço  
 abaixo pelo qual a esta era comprada. O Virador comentou sobre as telhas  
 de amianto que de próprio denunciara e citara seu filho, para baner as telhas que  
 eram prejudiciais à saúde. Disse que na Escola Telmeira Salmer foram substituí-  
 das as telhas de amianto por telhas comuns, porém quando chegou não havia mais  
 em cidade da obra mal feita. Disse que aconselhara aos pais que entrassem na  
 justiça, porque nos mercados tinham mais que como o amianto também causa  
 na saúde aletopico. Disse que como punição de familiares e estrutura nucle-  
 ariano de Educação e realizavam obras sem nenhum benefício nas escolas  
 do município. Em aparte, o Virador Jordan disse que com relação a distribu-  
 ção de estas fazendas quando chegou a Casa o Virador João Mendes já havia  
 mudado o discurso e relatou que o mesmo repetisse o assunto. O Virador João  
 Mendes rebateu as suas palavras. Em novo aparte, o Virador Jordan disse  
 que com relação a distribuição de estas fazendas, a realidade do Bairro era  
 muito diferente do que se sabia. Disse que na comunidade havia um líder  
 comunitário que era o primeiro a denunciar o Bairro Manoel Pereira, assim, nada  
 aconteceu com o contumelioso do mesmo, disse que por dois anos vinha lutando  
 para substituir os computadores velhos no município e o presidente da Associação  
 não permitiu. Disse ainda, que o mesmo fizera um relatório em um empre-

rio local, que ao mudar o terreno do mesmo senhor acabou em troca anônima  
 entre famílias. Disse que a comunidade só não pagou porque não tinha mais representantes, assim  
 era necessário tomar providências para acabar com tal absurdo. Retomando a  
 palavra, o vereador João Mendes, observou que a situação colocada pelo vereador fiduciário  
 era mais grave do que ele próprio achava de denunciar e o culpa não era do presidente  
 da associação, mas do governo, visto que na falta do governo cada um faz o  
 que quer a. Disse que o referido João Mendes, deveria ter autoridade e a admo-  
 nição do governo para não prejudicar a comunidade. Disse que as áreas de lazer  
 do bairro estavam abandonadas, não tinha condições de atender as crianças, o  
 que caracterizava o falta de administração séria. O senhor, disse que iniciou  
 naquele data uma campanha: "Não aos amigos da Upru", que era uma grande  
 mobilização contra a lei aprovada na Câmara Municipal de maneira contrária ao  
 que deveria para o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor. Enfatizou que iniciou  
 há uma grande campanha mobilizando o Ministério Público e setores da sociedade  
 de maneira que após populares versando sobre o tema já estavam sendo elabora-  
 dos e João não teria uma mobilização contra a lei que fazia para o município  
 uma redeção da Barina do Bairro Grande, com noventa por cento do lote da  
 Barina João não no Bairro do Upru permitindo a construção de prédios de  
 até cinco pavimentos. Disse que a mobilização veio feita contra o processo que  
 estava em favor da elaboração de um novo estatuto na cidade. Observando  
 ressaltou que era inadmissível que as leis fossem modificadas e direcionadas  
 ao interesse especulativo. Disse que as leis deveriam visar o bem comum e o  
 projeto Barina de João não estava longe de atender aos interesses daquela comu-  
 nidade e que o permitido para a construção não prejudicaria toda a região, tal  
 a seguir, que isso não permitida a construção seria como entregar João não a  
 uma rede de especuladores que vendem a cidade e após abandonariam-na em  
 qualquer no segundo distrito, na periferia da cidade onde fora permitido o  
 parcelamento do solo que condenava a cidade a enorme especulação. Dissando  
 ser inadmissível um projeto sem um estudo adequado, visto que vivia-se em  
 uma era que a administração pública era regida por lei, todos estavam prontos a  
 contribuir e participar do processo. Disse que o regulamento não poderia dar as  
 costas aos cidadãos e o estudo proposto no artigo não favorecia a abertura de dis-  
 cussões acerca do tema. Disse a seguir, que em âmbito da regência do período  
 eleitoral seria possível, como no exemplo: duas representações do PS perua.

não diminuir seu mandato e fortalecer a lei que atua para moralizar em  
 mordues. Disse que tinha plena consciência de que poderia ou não fazer,  
 mas tinha uma responsabilidade maior, visto que, seu mandato estava em  
 vigor, assim, já havia operado ao beneficiar o público de que não aceita  
 ria a diminuição do mandato e não havia as ruas para diminuir o pro-  
 feto que pilava o dinheiro do patrimônio de Cabo Frio. Adicionou que estava  
 impondo que o próximo fosse eleito através da justiça pura que a população  
 de Cabo Frio fosse curada. Disse ainda, que lamentavelmente a Casa Legislativa  
 poderia uma grande oportunidade de discutir tais questões como a sociedade, com  
 isso obrigado a realizá-lo como imposição da mobilização social no que in-  
 teressa sua fala. A seguir, ocupou a tribuna o Director Alfredo Generalizava  
 agradeceu aos cidadãos que acompanharam os trabalhos do legislativo e se  
 quis, comentou sobre o evento realizado no Estádio coberto de Cabo Frio  
 na sexta-feira e sábado passado, afirmando que o evento fora realizado  
 com muito sucesso, mas colocava Cabo Frio no cenário internacional,  
 uma vez que fora transmitido ao vivo pela Spot TV emissora de Beldi Globo.  
 Disse que como Director tinha a grande alegria de apreciar dos diversos entes.  
 A seguir parabenizou o Senhor Celso Araújo, afirmando que o mesmo era  
 prova de que era uma pessoa que gostava da cidade e trabalhava com  
 a honra para que o evento fosse realizado na cidade e era solícito ajudan-  
 do sempre no diversos eventos realizados através do Governo Leano Lopes.  
 Disse a seguir sobre a sua administração pelo Director Sérgio Mendes, afir-  
 mando que apesar de admirar o trabalho do Director não poderia se calar.  
 Disse que o Director Generalizava a educação de Cabo Frio, em decorrência  
 de que não seria por causa de uma influência numa escola que toda a edu-  
 cação não funcionava. Disse que diversos projetos estavam sendo colocados em  
 prática em prol da educação do município, como o uso dos produtos das  
 lavouras locais na merenda escolar. Disse que quanto a distribuição de  
 estas coisas, elas os entes adotado não podem equidistantes com a  
 legalidade, de próprio estimo contatando o Secretário de Promoção Social para  
 que a aprovação de uma lei de fomento complexidade há de muita  
 importância e por diversos vezes fora questionado nas ruas sobre a apro-  
 vação de mesmo disse que na hora não fora a proposta o projeto, mas a re-  
 sultado para a aprovação do projeto. Disse que ele, bem como o Director

Sônio Mendes, filho de Lobo Frio, em sua infância e juventude até a Inua do Fato  
 comendo fitunaga, andando no entre os duros e jogando bola e na atualidade se dispa-  
 rava com inimigos espíritos através a Inua do Fato, que foram aprovados na lista de  
 Inua do Fato em governos anteriores. Não também que na Reserva do Fato, havia um b-  
 humante abandonado que fora aprovado em governos anteriores, que não havia  
 nenhuma estrutura entre as frotas andarem na lama e o pagamento de engra-  
 ça fixo. Dirigindo-se dos Nobres Fatos, disse que não estavam na Reserva  
 Inua Fato e não era engraçado nem aquilado, mas um cidadão que quis-  
 se queria proteger sua saúde - disse que como hospital da cidade de Lobo Frio  
 havia sempre o posto para auxiliar nos assuntos relativos ao bem estar e do pro-  
 grama do povo e do seu próprio filho, no que engrava seu fato não havendo  
 mais oradores ementa para o uso da Inubina, o Senhor Presidente conduziu os  
 trabalhos para o Ata da Inua. Nesta etapa foi aprovado parecer favorável do  
 Conselho de Inubina, de Inubina e Alienação no seguinte Projeto: Projeto de Lei n-  
 030/2008 de Lei n- 23/2008 tendo a requer aprovação o requerimento de Inubina  
 n- 06/2008 para que os Comissários Inubina se reunissem para emitir parecer em  
 conjunto ao projeto em referenciar, foi aprovado parecer favorável do Conselho de  
 Comissários e Inubina no seguinte Projeto: Projeto de Resolução n- 003/2008 e Pro-  
 jeto de Resolução n- 004/2008. Foi aprovado o requerimento de Inubina n- 005/2008  
 para que os Comissários Inubina se reunissem para emitir parecer em conjunto ao  
 Projeto de Resolução n- 005/2008 foi aprovada a Indicação n- 009/2008. Nada mais  
 havendo a tratar, o Senhor Presidente marcou a presente Inua em nome de Deus,  
 marcando Inua Encerramento para dentro de quinze minutos. E para constar,  
 mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, subscrita e aprovada  
 assinada, aprovada, não assinada para que produza seus efeitos legais.

Rui Schmitt

Ata da Primeira Inua Encerramento do  
 Segundo Período Legislativo da Câmara Mu-  
 nicipal de Lobo Frio, realizada no dia 20  
 (vinte) de maio do ano de 2008 (deu nº  
 e etc).

O dezesseis horas do dia 20 (vinte) de maio